

EDUCAÇÃO INFANTIL: A PRIMEIRA ETAPA NA CONSTRUÇÃO DE UM CIDADÃO

CHILDLIKE EDUCATION: THE FIRST STEP IN THE CONSTRUCTION A CITIZEN

TALISSA TOMÉ PALÁCIO

Graduada em Pedagogia pela UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Formosa (GO) e Especialista em Psicopedagogia pela FAESB - Faculdade de Ensino Superior do Brasil

talissapalacio@hotmail.com

Resumo: Há muitos anos os países vêm lutando para transformar realidades, e, a educação é a ferramenta auxiliadora nesse processo, foi pensando nisso que objetivo desse trabalho foi conhecer a importância da Educação Infantil na formação integral do educando. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem o objetivo de educar e cuidar. Diante dessa afirmação o artigo aborda um breve histórico sobre a Educação Infantil que é uma etapa primordial na construção do indivíduo. Traz também as Políticas Públicas que norteiam essa etapa e faz uma reflexão sobre as necessidades que as crianças na faixa etária entre 0 e 5 anos de idade possuem. Além de expor de forma breve a história do atendimento da infância no Brasil e a história do conceito de infância.

Palavras-chave: Legislação. Educação Infantil. Educar. Cuidar.

Abstract: For many years, countries have struggled to transform realities, and education is the helper tool in this process, I was thinking about that objective was to know the importance of early childhood education in the integral formation of the student. According to the Law of Guidelines and 1996 Bases Childlike Education is the first stage of basic education and aims to educate and care for. Given this statement the article covers a brief history of early childhood education is a major step in the construction of the individual. It also brings the Public Policies that guide this step and reflects on the needs that children aged between 0 and 5 years old have. In addition to exposing briefly childhood care history in Brazil and the history of the concept of childhood.

Keywords: Legislation. Childlike Education. Educate. Care.

1. INTRODUÇÃO

Durante um bom tempo não houve um local destinado à educação de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. Mas com as inúmeras mudanças que ocorreram na sociedade, surgiu a necessidade de um local destinado à educação de crianças nessa idade, buscando o seu desenvolvimento em diferentes aspectos.

Em um século atrás, a criança era vista como um adulto em miniatura, sendo visto então como um indivíduo sem direitos e necessidades particulares. Porém, com as transformações que ocorreram socialmente, as concepções foram sendo restabelecidas às

crianças, passando então a ser vista como um ser social e que possui necessidades no quesito desenvolvimento e aprendizagem.

Com essas perspectivas, alguns pensadores como Jean Piaget (1896-1980), Lev Vygotsky (1896-1934), Friedrich Froebel (1782-1852) e Henri Wallon (1892-1973) entre outros fizeram pesquisas e estudos acerca dessa fase do homem que é primordial para todo desenvolvimento futuro.

A educação infantil é a primeira etapa da educação no desenvolvimento humano e é dever da família em parceria com a escola estimulá-lo, a criança, para atingir seu desenvolvimento integral, recomenda-se que seja inserida em uma instituição de Educação Infantil, pois assim, ela receberá o auxílio necessário para obter seu desenvolvimento.

Contudo sabe-se que a estimulação precoce das crianças contribui para o seu aprendizado futuro, desenvolve suas capacidades motoras, afetivas e de relacionamento social. O contato das crianças com os professores/educadores mediante atividades previamente elaboradas transforma-se em relações de aprendizado. Durante esse período é desenvolvida a concepção da autonomia, considerando no processo de aprendizagem, que a criança tem interesses e desejos próprios e que é um ser capaz de interferir no meio em que vive.

2. CONSTRUINDO HISTORICAMENTE O CONCEITO DE INFÂNCIA

O conceito de infância que se tem hoje vem de um longo processo histórico. Para se falar sobre a infância atual e suas peculiaridades faz-se necessário ter uma visão histórica, como diz Faria (1997, p. 9) “a criança será percebida pela sociedade de forma diversificada ao longo dos tempos, conforme as determinações das relações de produção vigentes em cada época”. Entende-se então que a ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira e sim que ela teve várias visões. O que veremos será a “evolução” do conceito de infância produzida pela sociedade.

2.1. Infância na Idade Média (séculos IV a XV)

Nesse período, as crianças eram consideradas como adultos em miniatura fazendo então as mesmas atividades dos mais velhos inclusive trabalhavam em corporação de ofício. Não existia um tratamento especial para as crianças, tornando por esse motivo sua vivência e sobrevivência difícil. As crianças eram pressionadas para crescerem o mais rápido possível,

para participarem dos trabalhos e nas despesas de casa. O mais velho era chamado mestre e a criança, aprendiz. De acordo com Áries (2006, p. 156) “era através do serviço que o mestre transmitia a uma criança não a seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir”.

Quando as crianças chegavam a certa idade eram colocadas em famílias que não conheciam, para que aprendessem os serviços domésticos, e isso era independente da condição social. Naquela época, a criança aprendia através da prática. As crianças saíam cedo de sua casa, e dessa forma escapava do controle da família genitora.

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa. Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (ÁRIES, 2006, p.158). Não existia um traje reservado à infância. Ou seja, a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social (ÁRIES, 2006, p.32).

Os colégios estavam reservados a um pequeno número, sendo eles filhos de pais ricos (clero), e eram frequentados por estudantes de todas as idades. Ensinavam-se línguas latinas e o mestre limitava-se à transmissão de conteúdos.

2.2. Infância na Idade Moderna (séculos XVI à XVIII)

Rodrigues (2009) relata que nesse período os primeiros registros de cuidado com a infância aparecem nos contextos da Revolução Industrial, do Iluminismo e da constituição dos Estados laicos que são os denominados “refúgios” ou “asilos”, que abrigavam crianças, filhas de mães operárias. As primeiras iniciativas deste tipo datam de 1.774, na França, e sua origem está nos movimentos filantrópico.

Nessa época, na Europa Ocidental, a criança começou a ser vista como fonte de alegria, aumentando os olhares e expectativas para esse momento do ser humano.

Entretanto no século XVII, “os mimos e paporicos foram considerados prejudiciais, pois tornavam as crianças mimadas e mal-educadas” (ÁRIES, 1981, p.159). Pensando nisso foi proposto uma educação em colégios para crianças, que tinha o objetivo de torná-los homens racionais.

Com essa nova visão os moralistas na época fizeram apelos para que os pais tivessem mais preocupação “de vigiar seus filhos mais de perto e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de outra família” (ÁRIES, 2006, p.159). Este apelo feito pelos moralistas fez com que a relação pais-criança, gerasse um sentimento de família e de infância que antes não existia, e a criança por esse motivo tornou-se o centro das atenções, pois a família começou a se configurar-se em torno dela.

As escolas e as famílias tinham dificuldades de disciplinar as crianças, então adotaram os castigos corporais. Com a conscientização desse período infantil, ainda no século XVII, criaram roupas diferentes onde cada um começou a se vestir de acordo com a sua idade e condição social (ÁRIES, 1981, p. 70).

2.3. Infância no Brasil Escravista (séculos XVI a XIX)

No Brasil as crianças assim como na Europa não tinham um conceito particular. Durante o período escravista as crianças de à partir dos seis anos de idade começavam a desempenhar alguns pequenos trabalhos. Aos dozes de idade essas crianças já eram conceituadas como adultos no quesito trabalho e sexualidade (RODRIGUES, 2009).

As crianças eram disciplinadas com palmatorias para que fosse feita uma transição de “anjinho” para adulto (ÁRIES, 1981 p. 162).

Nos séculos XVIII e XIX, as mães escravas não podiam ter vínculo com seus filhos sendo exclusivas das mulheres dos donos de terra. Na metade do século XIX, essa prática tornou-se alvo de críticas do movimento abolicionista e do movimento higienista. A partir de 1.871, surgia um novo problema, pois, não sabiam o que fazer com os filhos das escravas, que precisavam trabalhar. Surgem então, as primeiras creches brasileiras que foram implantadas por médicos com a ajuda das mulheres burguesas, visando o atendimento dos filhos dessas trabalhadoras domésticas. Por isso, pode-se dizer que os primeiros movimentos voltados para a infância no Brasil é de caráter médico-sanitarista (ANTUNES, 2011).

A abolição da escravatura em 1.888 e a Proclamação da República em 1.889 foram os pontos de maior importância para a construção de uma nova sociedade, como a capitalista, na qual possui algumas características como: lucro que consiste no principal objetivo capitalista, que é a acumulação de capital; livre iniciativa do mercado, tendo pouca ou nenhuma intervenção do estado; e, divisão de classes;

2.4 Infância no Período Moderno

Segundo Melo (2010) revolução Industrial na Europa (século XVIII) e no Brasil (década de 1.930 e 1.940) marcou o início da sociedade capitalista, que tem como características uma sociedade dominada pela indústria, ciência, tecnologia e pelo trabalho assalariado. Juntamente com essa mudança na formação da sociedade a criança começou a ser vista como um ser que necessita de cuidados especiais, dentre eles a escolarização.

Para esses cuidados especiais estabeleceram então o ensino primário que era de pequena duração e fornecido para as classes populares e tinham intuito também de produzir mão de obra. No entanto para os mais ricos (burguesia e a aristocracia), estabeleceram o ensino secundário e o ensino superior que tinham como objetivos formar seres pensantes e mandantes.

Por ser critério de ensino a condição social, a escola tornou-se divisão da sociedade, por que separou as crianças dos adultos e isolou os ricos dos pobres. Pode-se perceber assim que, o prolongamento da infância, o aparecimento da adolescência, da idade adulta e dos níveis de ensino, foram fatores coadjuvantes na estratificação social (ÁRIES, 2.006).

Para Almeida (2.006) “a sociedade capitalista, através da ideologia burguesa, caracteriza e concebe a criança como um ser a-histórico, a-político, a-crítico, fraco e incompleto, um ser economicamente não produtivo, que o adulto tem que alimentar e proteger. Esta concepção de infância trata a criança como um ser subordinado em relação ao adulto e em relação à própria sociedade”. Ou seja, para sociedade capitalista a criança deveria ser moldada para produzir mão de obra e conseqüentemente gerar lucros a sociedade.

2.5. Infância no Período Contemporâneo

Como foi possível perceber nos tópicos anteriores a criança foi valorizada de acordo com o tempo. Primeiro esse conceito começou na Europa com as transformações sociais que influenciaram nas formações das famílias que gradativamente mudaram a forma como viam as crianças, para eles eram apenas “adultos em miniatura” (ÁRIES, 1981).

Depois no século XVII ela começa a ter uma importância no âmbito familiar. Logo em seguida com a construção das escolas na Idade moderna a criança começou a ser vista a partir de um campo moral e psicológico. No Brasil tudo foi praticamente da mesma forma, sendo tudo trazido pelos portugueses. No final do século XVIII houve a Revolução Industrial que marcou o início da sociedade capitalista, com isso, a criança foi vista como alguém que precisava de escolarização para atuar posteriormente no comércio.

Hoje se pode dizer que a criança é uma junção de diversos conceitos já vividos. Para os novos estudiosos a criança ou seu período de infância requer muito cuidado e dinamismo, “pois ela é um ser inexperiente, mas nem por isso é um ser inferior” (CANIVEZ, 1991).

A criança atual é ameaçada cada vez mais pela globalização, o mundo chega muito antes que o necessário a sua vida, excluindo dela o brincar. Essa era digital a faz refém de uma vida irreal e muitas vezes perigosa (FORTUNA, 2005).

O adulto, por sua vez, tem a função de prevenir o perigo que a criança representa para si mesmo (CANIVEZ, 1991), dessa forma a sociedade escolhe a escola para essa função.

O conceito de infância que se vê agora é de um ser em transformação que ocorre tanto em seu aspecto físico quanto no seu aspecto cognitivo como foi relatado.

3. ATENDIMENTO Á INFÂNCIA NO BRASIL

A proposta de educação infantil no Brasil surgiu com o crescimento das cidades e expansão das indústrias do país. E é por causa dessas mudanças e por que as mulheres estavam entrando no mercado de trabalho que se fez crescer a necessidade de se ter um local adequado para abrigar as crianças das mães (OLIVEIRA, 2002, p.17).

Muitas vezes as creches funcionavam dentro das próprias empresas onde as funcionárias estavam empregadas. Essa posição fazia aumentar a produtividade por parte das funcionárias, pois as mesmas não tinham preocupação acerca do bem estar das crianças, como afirma Oliveira:

Sendo de prioridade das empresas, a creche e as demais instituições sociais eram usadas por elas nos ajustes das relações de trabalho. O fato de o filho da operária estar sendo atendida em instituições montada pelas fábricas passou, até, a ser reconhecido por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar um aumento de produção por parte das mães (OLIVEIRA, 2005, p. 96)

Esses tipos de creches eram intituladas como instituições filantrópicas, onde exercem trabalhos de ajuda a sociedade, sendo assim desvinculadas do Estado ou municípios na qual residiam. Mas para frente vieram a surgir creches com cunho assistencialistas ou de amparo, que além de ajudar as mães operárias dedicavam-se a abrigar as crianças necessitadas e abandonadas nas ruas, como revela Kramer ao dizer:

Eram as creches, com o caráter assistencialistas, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardião de crianças órfãs e filhos de trabalhadores. Nesse sentido, a

pré-escola tinha como função precípua a guardar de crianças. (KRAMER, 1993 *apud* STIVAL, 2010, p. 28)

Essa forma de creche assistencialista perdurou por muitos anos, prejudicando de certa forma o desenvolvimento da educação infantil. Sendo que por meio desse conceito em alguns poucos anos a elite começou a impor tratamento diferenciado para os seus filhos, onde os mesmos eram introduzidos em ambientes estimuladores, enquanto os filhos de pais pobres permaneciam no trato assistencialista sem estímulos educacionais (OLIVEIRA, 2002 *apud* VALLE, 2010, p.31). Ainda hoje se vê essa exclusão pelo fato da situação financeira. Por mais que se tenha ocorrido muitos impasses relacionados à educação, ela continuou, mesmo que seja lentamente.

Segundo Almeida (1998, p. 23), Froebel o fundador do jardim de infância, considerava que os primeiros anos de vida do homem são essenciais para o seu desenvolvimento posterior. Ele propunha que houvesse ambientes estimuladores para crianças e através de jogos, músicas, atenção e carinho deixasse se expressarem. Essa perspectiva não agradou a todos da época como diz Oliveira:

A ideia de “jardim de infância”, todavia, gerou muitos debates entre os políticos da época. Muitos a criticaram por identifica-las com as salas de asilos francesas, entendidas como meras guardas de crianças. Outros defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência das escolas novistas. O cerce da polêmica era a argumentação de que, se os jardins de infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público (OLIVEIRA, 2002, p. 92).

Essas e outras ideias fizeram com a educação infantil tomassem outros rumos, e levando dessa forma vantagens para o desenvolvimento intelectual das crianças. As concepções de atendimento diferenciado e lúdico para crianças menores de 5 anos de idades causava estranheza por parte dos políticos e educadores.

Em 1946, a Constituição Federal, definiu que a educação era direito de todos e o ensino primário era obrigatório e gratuito nas escolas publicas, além de determinar que a União deveria fixar as diretrizes e bases da educação nacional, como instrumento de democratização e universalização da escola básica.

Em 1947, iniciou-se a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, com base no proposto pela Constituição Federal de 1946. Por volta de 1961, depois um longo processo de análise e discussão, foi aprovada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação do país.

No ano de 1964 ocorreu o golpe militar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 foi modificada por novas leis educacionais, primeiro pela Lei nº 5.540/68, depois em 1971, com a Lei nº 5.692 e em 1982 pela Lei nº 7.044. No entanto em nenhuma dessas modificações era dada uma atenção especial ao atendimento de crianças em estabelecimentos e instituições que ofertavam a educação infantil.

Contudo conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1999), muitos movimentos nacionais e internacionais influenciaram e orientaram a transição do pensamento que se tinha das creches e pré-escolas, que deixaram de ser vistas como um favor aos indivíduos socialmente desfavorecidos, passando a ser compreendidas como um direito de todas as crianças, independentemente de seu grupo social.

Segundo Oliveira (2008, p.18), em relação ao atendimento em creches e pré-escolas no Brasil,

O contexto econômico e político presente nas décadas de 70 e 80 – movimentos operários e feministas ocorrendo no quadro da luta pela democratização do país e pelo combate às desigualdades sociais nele gritantes – propiciou um intenso movimento de luta pela democratização da educação pública brasileira que possibilitou a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

Foi em 1988 que a educação infantil foi reconhecida legalmente, quando pela primeira vez, foi inserida como parte integrante da Educação Básica. Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do adolescente (Lei federal 8.069/90), entre os direitos estava o de atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até os 6 anos de idade. A partir desse momento a educação infantil teve e têm vários olhares.

4. POLITICAS PÚBLICAS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO INFANTIL

Na medida em que se acredita que a educação tem poder de construção do desenvolvimento do homem, é indiscutível que através dela produza-se organização social, ou seja, uma educação voltada para o exercício da cidadania.

A educação voltada para o exercício da cidadania pode tem que ser ensinada na escola (LODI; ARAÚJO, 2007), partindo desse pressuposto faz-se necessário começar da infância ou mais propriamente dito pela Educação Infantil a lançar as primeiras sementes da moral.

A Educação Infantil é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 como a primeira etapa da educação básica, é ofertada pelas creches e entidades similares para

as crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para as crianças entre quatro e cinco anos de idade (BRASIL, 2012). Como fica bem claro nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010, p.12)

A lei 12.796/13 vai mais além e diz que é obrigatória a matrícula na Educação Infantil, de crianças de 4 (quatro) anos ou que completam até o dia 31 (trinta e um) de março do ano em que ocorrer a matrícula. No entanto, os pais que não matricularem seus filhos serão chamados atenção pelo conselho tutelar do local e/ou município, podendo até responder judicialmente. Essa obrigatoriedade faz com que haja uma atenção da parte dos pais e/ou responsáveis para essa fase da educação, que é tão importante para o desenvolvimento do indivíduo. A educação básica é direito da criança e dever dos pais e da sociedade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Segundo Kramer (1993) por mais que esse direito esteja na Constituição Federal de 1988, nas Leis Orgânicas dos Municípios, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 em termos quantitativos esta longe de ser uma realidade, apesar de ser uma fase que exala suma importância no aprendizado. Talvez essa realidade não aconteça, pois não há instituições suficientes para a demanda.

Antigamente as creches eram de cunho assistencialista, ou seja, meros depósitos de crianças nas quais os pais deixavam para trabalhar ou em alguns casos para se desfazer de um peso, uma despesa, mas hoje elas têm que ser auxiliares da aprendizagem da criança, mas não é isso que acontece e segundo Corsaro (2011) isso tem explicação.

O aumento nos índices de divórcios, o crescimento do número de família monoparentais e mistas, o aumento do nascimento de filhos fora do casamento e a

crescente lacuna entre ricos e pobres tiveram profundos efeitos sobre as mudanças nas vidas das famílias e das crianças.

Contudo se faz necessário que nas instituições de Educação Infantil haja desenvolvimento dos indivíduos, pois, é o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, e possui um papel importante na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Para cumprir com esse papel na sociedade deve-se haver uma atenção com o currículo para que nele haja conhecimentos e propostas que auxiliem os educandos na vida social. No art. 3º Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil fica evidente a concepção do currículo nessa fase:

Art. 3º (resolução nº 5 de 2009) O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Brasil, 2009)

Partindo das Diretrizes é que se recomenda que nessa primeira etapa da educação, as crianças aprendam diversas coisas, como:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando então de forma independente, e compreendendo suas capacidades e limitações;
- Conhecer o seu próprio corpo e assim adquirir hábitos de cuidado com a própria saúde, higiene e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de comunicação;
- Conhecer e ampliar as relações sociais, e dessa forma aprender a lidar com os interesses e diferenças dos outros;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos, vontades e necessidades;
- Expressar suas ideias, sentimento e necessidades de forma a compreender e ser compreendido;
- Conhecer as diferentes manifestações culturais, para que dessa forma respeite as diferença. Entre outros.

Em conformidade com o Parecer do Conselho Nacional de Educação para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil serem aplicadas e os objetivos serem alcançados “é necessário tornar as creches e pré-escolas, espaços de convivência, de

composição das identidades coletivas e de aumento de conhecimentos de diversas formas, com base na democracia e cidadania” (BRASIL, 2009, p. 6).

Alguns autores como Bujes (2001) dizem que as crianças, principalmente de faixa etária entre 0 e 5 anos, necessitam de atenção, afeto e cuidados, pois sem isso as mesmas não sobrevivem e não aprendem. Quando se refere ao cuidar não é apenas o ato de cuidados básicos como higiene e alimentação, mas também ao fato de cuidar dos horários, organização do espaço, cuidado com os materiais e recursos usados com as mesmas e o cuidado para não impedi-las de expressar-se. Bujes vai mais além, quando diz que a educação de crianças é entendida como um processo de submissão, onde as crianças tem que apenas obedecer e não precisam compreender o porquê de algumas coisas que lhe são mandadas. Portanto na Educação Infantil, é necessário ter o envolvimento de processos diferentes, que de uma forma ou de outra estão interligadas. Esses processos são o cuidar e o educar conforme afirma a autora acima.

Piaget (*apud*, Moreira, 1999) afirma que a criança constrói conceitos que formam a estrutura de seu pensamento, que contribuem para que ela aprenda e se desenvolva cognitivamente. Ele ficou muito conhecido por sua teoria sobre os estágios de desenvolvimento cognitivo, e a partir de suas considerações pode-se observar que o ser humano se desenvolve a partir das ações que estabelece sobre determinado objeto em seu meio, construindo conhecimentos, de forma coletiva ou individual. Piaget divide o desenvolvimento em quatro estágios com características específicas, que são listados a seguir.

O período sensório-motor vai de 0 até cerca de 2 anos de idade. Nesse período a criança apresenta comportamentos do tipo reflexo, sua principal referência é o seu próprio corpo e tudo o que vê é uma extensão dele. Ao final desse período começa a se perceber como fonte de seus movimentos, manipula objetos em seu meio para satisfazer suas necessidades e curiosidade. O período pré-operacional, que vai dos 2 aos 6 ou 7 anos. Com o uso da linguagem, dos símbolos e imagens mentais, inicia-se uma nova etapa de seu desenvolvimento. Seu pensamento começa a se organizar, mas continua em uma perspectiva egocêntrica, vendo a realidade principalmente como a afeta. Suas explicações são dadas em função de suas experiências, podendo, ou não, ser coerentes com a realidade. A idade de 7 a 8 anos assinala, em geral, o início do período operacional-concreto, que vai até 11 ou 12 anos. Nesse período há uma redução do egocentrismo, seu pensamento agora é mais organizado, mas está ainda limitado a objetos concretos. Por volta dos 11 ou 12 anos inicia-se o último período de desenvolvimento mental que se prolonga até a idade adulta, onde será capaz de trabalhar com hipóteses. (MOREIRA, 1999, p. 96-98)

A Educação Infantil sofre vários desafios no que se refere a qualidade. Entre os desafios esta a falta de materiais didáticos, de ambientes adequados, a pouca valorização dos profissionais da educação e até mesmo de uma preparação inadequada do professor/educador

que atua nessa etapa da educação. Esses desafios não são aceitáveis, pois é direito de todos como já mencionado em vários documentos oficiais, uma educação de qualidade.

A Educação Infantil é uma etapa de extrema importância, para o desenvolvimento completo do indivíduo, pois é onde os educandos adquirirem experiências novas e diferentes, aprendem a criar, descobrir, construir e reconstruir ideias, ideais, atitudes e valores. Com essa afirmação faz-se necessário refletir sobre o papel do professor/educador nessa etapa da educação.

5. PROFESSOR/EDUCADOR A PEÇA CHAVE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os professores/educadores são peças fundamentais para que a qualidade seja alcançada de forma qualitativa, estingando nos educandos o ensino e a aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 art. 62 enfatiza a necessidade e obrigatoriedade da formação superior dos professores/educadores da educação básica, na qual a Educação Infantil esta inclusa.

Art.62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como função mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

O professor/educador é a peça chave na educação de um indivíduo, por esse motivo, o mesmo, precisa manter vínculos com os educandos, saber ouvir e valorizá-los como indivíduos únicos, com experiências de vidas diferentes, portanto dando abertura para o educando¹ se expressar sem medo, mas sim respeito, e isso pode ser alcançado com a relação professor/aluno.

Machado e Nunes (2012, p.15) também concordam que a Educação Infantil é primordial:

É neste momento, início da vida escolar, que os estímulos se traduzem em aprendizados que poderão refletir por toda a vida, sendo estes aprendizados positivos (conhecimento corporal, compreensão das letras e números etc.) ou negativos (traumas causados por movimentos ensinados inadequadamente, entre outros).

¹ Educando é aquele que recebe educação, esta no estado de aprendizado, que participa do próprio desenvolvimento.

Como caracterizar o professor/educador da Educação Infantil na atualidade? Já se sabe que ele tem um papel relevante e indispensável, é por esse motivo que sua formação tem que ser tratada com cuidado. No entanto não é possível determinar um formato único para o profissional de crianças pequenas, pois cada um tem seu estilo e forma própria de trabalho, como afirma Palácios e Paniagua (2007, p.131) “Na Educação Infantil, há muita diversidade [...] e diferenças entre os professores.”. Essa diversidade citada por Palácios e Paniagua é necessária tendo em vista que se passa muitas pessoas pela instituição de ensino.

Anteriormente o profissional para trabalhar com crianças, tinha que gostar das mesmas, pois alguém que não tivesse afinidade com crianças pouco teria a acrescentar a mesma. Esse requisito se tinha, pois as instituições eram de caráter assistencialista, uma vez que o necessário era apenas compensar a falta da família. Era inescusável somente de alguém que olhasse, trocasse, desse de comer, tivesse boa aparência, simpatia, boa saúde e experiência anterior.

Com os avanços pedagógicos e as reformas e mudanças na educação, sobretudo nas legislações educacionais a formação do profissional da Educação Infantil passou a ser tratada com mais propriedade. Por volta da década de 90 no século XX, dois documentos foram sancionados no intuito de fazer menção à formação dos professores. São eles: Referenciais para a Formação de Professores (1999) e Diretrizes para Formação Inicial de Professores de Educação Básica (2000).

No ambiente escolar é importante que o professor reflita sobre suas práticas constantemente, e perceba o que é preciso melhorar para que alcance os resultados esperados. Sempre que possível é relevante que o professor/educador faça registros reflexivos sobre seu trabalho e sobre o desenvolvimento dos educandos. Pois assim ele terá consciência de suas ações e da trajetória de seus educandos, possibilitando o uso de estratégias, em sua prática, que sejam mais eficazes, pensando no aprendizado das crianças. Portanto compreende-se que é necessário que o professor/educador, especialmente o educador infantil, conheça a criança e seu desenvolvimento, sendo capaz de refletir sobre o mesmo a partir de teorias e métodos.

Conforme Machado e Nunes (2012, p.13), “na educação infantil, o papel fundamental do educador é proporcionar diversas experiências nas quais as crianças possam criar, descobrir, reelaborar conceitos e ideias sobre o movimento de suas ações”. Partindo dessa afirmação o professor/educador necessita ser inovador, estar sempre aberto a novas ideias, estar por dentro das novidades, esta em constante aprendizado, buscando dessa forma aprender cada vez mais.

Para que isso aconteça é preciso compreender que a aprendizagem é uma construção, que acontece a partir das interações do indivíduo com o meio e com os indivíduos que nele estão, e esse momento de aprendizagem deve ser significativo e prazeroso para ele, valorizando aquilo que já traz de experiências anteriores e que isso é função do professor/educador.

Os interesses, vontades e necessidades das crianças devem ser o ponto de partida para que ela possa se apropriar de novos conhecimentos. Portanto, faz-se necessário que o professor busque vários meios que possibilitem que a criança se expresse de diferentes formas e em situações diversas, observar e compreendendo o que está presente em seu dia a dia e desenvolve sua criatividade e imaginação.

Rezende (2010, p. 8 In: Dalla Valle), enfatiza que para ser um educador infantil é preciso tornar-se um profissional com múltiplas possibilidades e sólida formação, que tenha como base a docência em seu sentido amplo. Ou seja, ser educador, acima de tudo, ser um educador infantil implica compreender que as respostas para todos os problemas que surgem no ambiente educacional não estão prontas, elas são construídas no dia a dia da sala de aula, à medida que a prática é desenvolvida.

6. CONCLUSÕES

Por volta do século XVI o período da infância era compreendido de forma diferente da forma atual, ou seja, no século XXI as crianças têm direitos e necessidades especiais e anteriormente, elas eram atendidas da mesma forma que os adultos, sem nenhuma exclusividade. Essa visão foi se modificando junto com as pesquisas e estudos, e, com a evolução da sociedade estudiosos viram a necessidade de uma educação que atendesse as necessidades individuais de cada educando.

Com essas pesquisas e estudos notaram que a infância, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente corresponde a fase da vida humana de 0 a 12 anos de idade incompletos, são de grande importância para o desenvolvimento futuro da geração. Sendo nessa fase o desenvolvimento psicomotor e social do indivíduo. No entanto essa fase escolar necessita de muita atenção, por volta dos governantes, professores, pais e sociedade em geral. Atenção essa que ainda está em construção, por não ser conhecimento de todos os integrantes da sociedade, os potenciais da Educação infantil de qualidade.

Contudo pode-se afirmar que a vivência com outras crianças e adultos na Educação Infantil, é importante para o desenvolvimento infantil, pois provoca novas experiências, permite adquirir novos hábitos, atitudes, valores e também a linguagem daqueles que interagem com a criança. É desta forma que os seres humanos se integram na história e na cultura de uma determinada forma de organização social. É partindo desse pressuposto que o professor/educador tem a missão de auxiliar o conhecimento dos educandos e dessa forma não se limitar aos limites geográficos da escola. Mas sim em uma atuação que vai além dos muros escolares. A proposta não é defender que o professor/educador assuma o papel da família ou responsáveis, mas que assumam a condição de sujeitos preocupados em manter uma relação séria, justa e honesta com seus educandos. E que essa relação promova uma garantia dos direitos fundamentais, respeitando cada educando como sujeito em desenvolvimento.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. Campinas- SP: Papyrus, 1999
- ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação lúdica técnicas e jogos pedagógicos**. 9ª Ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- ALMEIDA, Maria Lucinda Couto de. **Administração nas creches e pré-escolas**. 2006. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/1/MARIA%20LUCINDA%20COUTO%20DE%20ALMEIDA.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2014.
- ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BASTOS. M. H. C. **Jardim de crianças - o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887)**. In: MONARCHA, C. Educação da infância brasileira (1875-1983). Campinas: Autores Associados, 2001.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis, outros. **Escola infantil: pra quê te quero?** In: CRAIDY, Carmen Maria, KAERCHER, Gládis Elisé P. da Silva (org.). **Educação Infantil: Pra quê te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. 2012. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC / CNE, 2009

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Casa Civil, 1990.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FARIA, Sonimar C. História e política da educação infantil. In: FAZOLO, Eliane; CARVALHO, C. M. P.; LEITE, M. I. F. P.; KRAMER, Sônia (org.) **Educação infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravel, 1997.

CARVALHO, Maria C. M. P., LEITE, Maria Isabel, KRAMER, Sônia. **Educação Infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravel, 1997.

FORTUNA, Tânia Ramos. A reinvenção da infância. **Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano II, n. 6, p. 18-21, dez. 2004 / mar. 2005.

KRAMER, S. **A política do pré- escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achamè, 1993

LODI, Lúcia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania. In: BRASIL. **Ética e cidadania construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: MEC/SEF/SEB, 2007.

MELO, Victor Andrade. **Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson**. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v23n45/a01v2345.pdf>>. Acesso em: 29 de abril de 2014.

OLIVEIRA, S. M. L. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: Machado M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PANIGUARA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, Luiza Maria. **A Criança e o brincar**. 2009. 43 f. Monografia do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mesquita (RJ), 2009.

STIVAL, Maria Cristina E. Esper. **Organização do trabalho pedagógico na educação infantil**. Curitiba: Fael, 2010.

VALLE, Luciana de Luca Dalla. **Jogos, recreação e educação**. Curitiba: Fael, 2010.